

## **11. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS – FREGUESIAS:**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal, as seguintes propostas de apoios financeiros, nos termos do artigo 25º, nº 1, alínea j) do Regime Jurídico das Autarquias Locais:

- 1)- União das freguesias de Nogueiró e Tenões**, no valor de 6.938,74 €, para as obras "Obras Monumento "Ao Brácaro";
- 2)- União das freguesias de Merelim São Paio, Panoias e Parada de Tibães**, no valor de 2.261,62 €, para o "projeto para o parque Infantil – Praia Fluvial de Merelim S. Paio - projeto";
- 3)- União das freguesias de Merelim São Paio, Panoias e Parada de Tibães**, no valor de 48.184,42 €, para a obra de "Pavimentação da Rua de acesso aos balneários – Merelim S. Pedro";
- 4)- Freguesia de Mire de Tibães**, no valor de 3.516,41 €, destinado a apoiar a obra "Obras de intervenção – Cemitério de Mire de Tibães;
- 5)- União das freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos**, no valor de 87.625,99 €, para as obras "Cemitério de Frossos (Ampliação)";
- 6)- União das freguesias de Vilaça e Fradelos**, no valor de 16.125,25 €, para as obras "Requalificação da cobertura da Antiga Escola de Vilaça".

## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

**ASSUNTO: União das Freguesias de Nogueiró e Tenões – Atribuição de Subsídio para «Obras Monumento “Ao Brácaro”»**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de Nogueiró e Tenões** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para as **Obras Monumento "Ao Brácaro"** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **6 938,74€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de Nogueiró e Tenões no valor de 6 938,74€** (seis mil novecentos e trinta e oito euros e setenta e quatro cêntimos), **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de Nogueiró e Tenões.

**O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de Nogueiró e Tenões.**

Braga, 08 de julho 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*



## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

### **Aditamento/Projeto**

**ASSUNTO: União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães – Parque Infantil – Praia fluvial de Merelim S. Paio – Projeto**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães**, solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a realização de **projeto para o Parque Infantil – Praia fluvial de Merelim S. Paio – Projeto**, investimento fundamental para salvaguarda dos interesses próprios da população, tendo apresentado o respetivo orçamento;

Considerando que **Unidade de Apoio às Freguesias** procedeu à **validação do orçamento apresentado, no valor de 2 261,62€, incluído o valor do IVA à taxa legal.**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, sendo uma mais valia para a população da Freguesia;

#### **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o **Executivo Municipal** delibere no sentido de apresentar à **Assembleia Municipal**, a atribuição do apoio financeiro à **União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães**, no valor de **2 261,62€**, (*dois mil duzentos e sessenta e um euros e sessenta e dois cêntimos*), ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente **Apoio Financeiro**, a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através de apresentação da respetiva fatura por parte da **União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães**.

O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da **União Freguesia de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães**.

Braga, 15 de julho 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



---

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

**ASSUNTO: União das Freguesias de Merelim S. Paio , Panoias e Parada de Tibães – Atribuição de Subsídio para «Pavimentação da rua de acesso aos Balneários - Merelim S. Paio»**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Pavimentação da rua de acesso aos Balneários - Merelim S. Paio** tendo apresentado o respetivo orçamento.

**Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de 48 184,42€, incluído o valor do IVA à taxa legal.**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

## **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães no valor de 48 184,42€** (quarenta e oito mil cento e oitenta e quatro euros e quarenta e dois cêntimos), **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, **a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães.**



**O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de Merelim S. Paio, Panoias e Parada de Tibães.**

Braga, 20 de julho 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

**ASSUNTO: Freguesia de Mire de Tibães – Atribuição de Subsídio para «Obras de Intervenção no Cemitério de Mire de Tibães»**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **Freguesia de Mire de Tibães** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para as **Obras de intervenção - Cemitério de Mire de Tibães** tendo apresentado o respetivo orçamento.

Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de **3 516,41€**, incluído o valor do IVA à taxa legal.

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

## **PROPONHO**

Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à Freguesia de Mire de Tibães no valor de 3 516,41€** (três mil quinhentos e dezasseis euros e quarenta e um cêntimos), **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, **a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da Freguesia de Mire de Tibães.**

**O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da Freguesia de Mire de Tibães.**

Braga, 08 de julho 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*

## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

**ASSUNTO: União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos – Atribuição de Subsídio para «Cemitério de Frossos (Ampliação)»**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;



Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Cemitério de Frossos (Ampliação)**, tendo apresentado o respetivo orçamento.

**Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de 87 625,99€, incluído o valor do IVA à taxa legal.**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

## **PROPONHO**

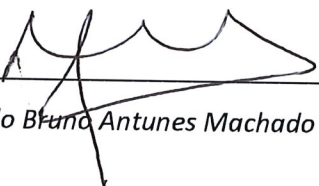
Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos no valor de 87 625,99€** (oitenta e sete mil seiscientos e vinte e cinco euros e noventa e nove cêntimos), **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, **a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos.**

**O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de Merelim S. Pedro e Frossos.**

Braga, 21 de julho 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



---

(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

## **PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO**

**ASSUNTO: União das Freguesias de Vilaça e Fradelos – Atribuição de Subsídio para «Requalificação da Cobertura da Antiga Escola de Vilaça»**

Considerando o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e o regime jurídico do associativismo autárquico que foi aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

Considerando que o artigo 23º do referido diploma legal preceitua que constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias;

Considerando que as freguesias desempenham um papel fundamental e decisivo na prossecução dos interesses próprios das populações;

Considerando que estas dispõem de atribuições e competências próprias em domínios bastante diversificados e a escassez dos meios à sua disposição;

Considerando que o artigo 25º, nº 1, alínea j) da citada Lei nº 75/2013 estatui que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;

Considerando que o artigo 33º, nº 1, alínea ccc) da mesma Lei estabelece que compete à Câmara Municipal, apresentar propostas à Assembleia Municipal, sobre matérias da competência desta;

Considerando que a **União das Freguesias de Vilaça e Fradelos** solicitou o apoio desta Câmara Municipal para a **Requalificação da Cobertura da Antiga Escola de Vilaça** tendo apresentado o respetivo orçamento.

**Considerando que Unidade de Apoio às Freguesias procedeu à validação do orçamento apresentado, no valor de 16 125,25€, incluído o valor do IVA à taxa legal.**

Considerando o interesse público de que esta obra se reveste, uma mais valia para a população da Freguesia,

#### **PROPONHO**

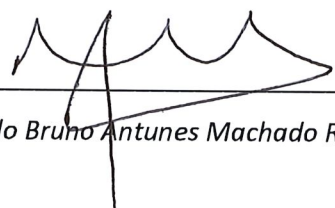
Em conformidade com as respetivas normas e no estrito respeito dos princípios que norteiam a atividade administrativa, concretamente o princípio da legalidade previsto no artigo 3º do Código do Procedimento Administrativo, que o Executivo Municipal **delibere no sentido de apresentar à Assembleia Municipal, a atribuição do apoio à União das Freguesias de Vilaça e Fradelos no valor de 16 125,25€** (dezassex mil cento e vinte e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), **ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº1, do artigo 33º e da alínea j) do nº 1 do artigo 25º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.**

A ser aprovada esta proposta, após a realização dos trabalhos, para os quais será concedido o presente Apoio Financeiro, **a verba em apreço será paga mediante a sua comprovação através duma inspeção ao local por um Técnico e apresentação da respetiva fatura por parte da União das Freguesias de Vilaça e Fradelos.**

**O cumprimento dos requisitos legais e regulamentares aplicáveis a que se destina a verba é da exclusiva responsabilidade da União das Freguesias de Vilaça e Fradelos.**

Braga, 21 de julho 2021

O Presidente da Câmara Municipal de Braga



---

*(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)*